

ISSN: 0101-6342



Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul

n. 95 – jan. 2024 – jun. 2024

Revista do Ministério Público do RS	Porto Alegre	n. 95	jan. 2024 – jun. 2024	p. 1-420
-------------------------------------	--------------	-------	-----------------------	----------

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul
n. 95 – jan. 2024 – jun. 2024

Diretor da Revista

Michael Schneider Flach (Doutor)

Vice-Diretor

Vinícius de Melo Lima (Doutor)

Conselho Editorial

Annelise Monteiro Steigleder (Doutora)

Júlia Flores Schutt (Doutora)

Charles Emil Machado Martins (Doutor)

Luciano de Faria Brasil (Doutor)

Érico Fernando Barin (Doutor)

Márcio Schlee Gomes (Mestre)

Fábio Roque Sbardello (Doutor)

Rodrigo da Silva Brandalise (Doutorando)

Conselho Especial de Professores Doutores Convidados

Alaor Carlos Lopes Leite. Universidade de Lisboa – POR

André Rafael Weyermüller – FEEVALE

Andrés Molina Giménez. Universidade de Alicante – ESP

Ângelo Roberto Ilha da Silva – UFRGS

Antônio Carlos Nedel – UNISINOS

Bruno Heringer Junior – FMPRS

Bruno Miragem – UFRGS

Carla Amado Gomes – Universidade de Lisboa – POR

Carlos Magno de Souza Paiva – UFOP

Caroline Vaz – PUCRS

Cláudia Lima Marques – UFRGS

Cristiano Heineck Schmitt – PUCRS

Daniela Pellin – UNISINOS

David Silva Ramalho – Universidade de Lisboa – POR

Delton Winter de Carvalho – UNISINOS

Esther Pillado González – Universidade de Vigo – ESP

Fábio Roberto D'Ávila – PUCRS

Fernanda Figueira Tonetto – UDF

Francisco Humberto Cunha Filho – UNIFOR

Gabriel de Jesus Tedesco Wedy – UNISINOS

Gabriel Real Ferrer – Universidade de Alicante – ESP

Hermes Zaneti Júnior – UFES

José Casalta Nabais – Universidade de Coimbra – POR

José Rubens Morato Leite – UFSC

Lidia Garrido Corbobera – Universidade de Buenos Aires – ARG

Luana de Carvalho Silva Gusso – UNIVILLE

Marcílio Toscano Franca Filho – UFPB

Maria João Antunes. Universidade de Coimbra – POR

Mauro Fonseca Andrade – UFRGS

Miguel Tedesco Wedy – UNISINOS

Nestor Caferatta – Universidade de Buenos Aires – ARG

Nicolás Rodríguez-García – Universidade de Salamanca – ESP

Orlando Faccini Neto – UFRGS e IDP

Paulo de Souza Mendes – Universidade de Lisboa – POR

Ricardo Antônio Lucas Camargo – UFRGS

Rodrigo Moraes de Oliveira – PUCRS

Rui Soares Pereira – Universidade de Lisboa – POR

Sérgio Viana Severo – UFRGS

Talden Farias – UFPB e UFPE

Thiago André Pierobom de Ávila – UNICEUB

Wilson Engelmann – UNISINOS

Presidente da AMP/RS

João Ricardo Santos Tavares

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul

Alessandro Fernandes	Marcela Novais Medeiros
Andrea Simoni de Zappa Passeto	Márcio Schlee Gomes
Cátia Betânia Chagas	Matheus Teodoro
Catiane Steffen	Mauro Fonseca Andrade
Cristina Schmitt Rosa	Michael Schneider Flach
Elaine Novaes Vieira	Orlando Faccini Neto
Fábio Costa Pereira	Patrícia Aparecida Abreu Moreira
Fábio Roque Sbardello	Priscilla Ramineli Leite Pereira
Fernando Cesar Sgarbossa	Rosmeri Kunkel
João Fabrício Dantas Júnior	Tarsila Costa Guimarães
João Gaspar Rodrigues	Thais Quezado Magalhães
José Gomes Sobrinho Júnior	Thiago Pierobom de Ávila
Leonardo Giron	Vinicius de Melo Lima
Luciano Alessandro Winck Gallicchio	

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul
n. 95 – jan. 2024 – jun. 2024



Porto Alegre
2024

© dos autores, 2024

Organização

Reni Brod

presidencia@amprs.org.br – Fone: (51) 3254.5306

Revisão

Daniela Falavigna

danifalavigna74@gmail.com – Fone: (51) 99163.5406

Editoração eletrônica

Nilmara Trindade da Silveira

nilsilveira@cpovo.net – Fone: ☎ (51) 99919.4758

Direitos desta edição reservados por

AMP/RS

A Revista do Ministério Público é uma publicação da
Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMP/RS,
www.revistadomprs.org.br

AMP/RS – Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul

Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501

90050-191 – Porto Alegre, RS

Fone: (51) 3254.5300

amprs@amprs.org.br

www.amprs.org.br

R585 Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul. – n. 95 (2024)-.

– Porto Alegre: AMP/RS, 1973-, v.; 23cm

Semestral

ISSN 0101-6342

1. Ciências Criminais. 2. Direito Penal. 3. Processo Penal. 4. Vitimologia.

5. Violência Doméstica. I. Rio Grande do Sul. Ministério Público.

II. Schneider Flach, Michael (Diretor da Publicação)

Índice para catálogo sistemático:

Direito – Periódicos CDU 34(051)

CDD 340.05

Catálogo na fonte elaborada pela bibliotecária: Kátia Minatto Leal – CRB 10/1697

OS TRABALHOS PUBLICADOS NESTA REVISTA RESULTAM DA PESQUISA
E DO SABER DE SEUS AUTORES CABENDO A ESTES A DEFINIÇÃO
DE SEU CONTEÚDO OPINATIVO, O QUAL, EM HIPÓTESE ALGUMA INDICA
QUALQUER TENDÊNCIA OU POSICIONAMENTO DE SEU CONSELHO EDITORIAL

OS ARTIGOS PODERÃO SER DIVULGADOS
NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (“INTERNET”),
NA PÁGINA DA REVISTA, COM O QUE CONCORDA DESDE JÁ O AUTOR,
SEM QUALQUER DIREITO AUTURAL

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

SUMÁRIO

NORMAS DE PUBLICAÇÃO	9
APRESENTAÇÃO	13

DOCTRINA NACIONAL

1	A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO MINISTÉRIO PÚBLICO ..	15
	Fábio Costa Pereira	
2	A INCOMUNICABILIDADE: o interesse público e o isolamento previsto à Lei nº 13.964/2019 à luz da constituição.....	33
	João Fabrício Dantas Júnior	
3	CONSIDERAÇÕES EM TORNO DE UM MODELO DE GARANTISMO UNIVERSAL.....	57
	Michael Schneider Flach	
4	DESENROLA BRASIL: FLEXIBILIZAÇÃO DO KYC E DESAFIOS NA PREVENÇÃO DA LAVAGEM DE DINHEIRO.	87
	Alessandro Fernandes Patrícia Aparecida Abreu Moreira	
5	MODELOS DE RESPONSABILIZAÇÃO PENAL NO ÂMBITO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS.....	101
	Orlando Faccini Neto	
6	MODELOS DELIBERATIVOS DE DECISÕES EM CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: jurisdição constitucional comparada	121
	Matheus Teodoro	

7	O USO DE CÂMERAS CORPORAIS: uma ferramenta policial não violenta João Gaspar Rodrigues	139
8	O USO DO PRODUTO DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA COMO PROVA NA PERSECUÇÃO PENAL Luciano Alessandro Winck Gallicchio	163
9	PERSECUÇÃO PATRIMONIAL DE BENS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS: política pública de combate à corrupção, à lavagem de capitais e às organizações criminosas..... Tarsila Costa Guimarães	185
10	PLEA BARGAINING EM PERSPECTIVA: uma breve reflexão a partir do problema da inocência e da importância do contraditório e da ampla defesa na justiça negocial..... Catiane Steffen	203
11	PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA DA PENA DE MULTA José Gomes Sobrinho Júnior	219
12	SERVIDOR PÚBLICO E CORRUPÇÃO ESTRUTURAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA Leonardo Giron	237

VITIMOLOGIA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

13	APLICAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA CONTRA ADOLESCENTES AGRESSORES: um diálogo da Lei Maria da Penha com o Estatuto da Criança e do Adolescente.... Priscilla Ramineli Leite Pereira	253
14	ATENÇÃO AOS FAMILIARES DE VÍTIMAS DE FEMINICÍDIOS: uma pesquisa empírica Thiago Pierobom de Ávila Marcela Novais Medeiros Cátia Betânia Chagas Elaine Novaes Vieira Thais Quezado Magalhães Andrea Simoni de Zappa Passeto	269

15	INDÍCIOS E PROVA NO CRIME DE FEMINICÍDIO	299
	Márcio Schlee Gomes	
16	O ESQUECIMENTO DAS VÍTIMAS NO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL DO SISTEMA PRISIONAL. a proibição da proteção insuficiente e o descumprimento do dever de proteção estatal das vítimas	321
	Fernando Cesar Sgarbossa	
17	PREVENÇÃO AO FEMINICÍDIO E POLÍTICAS PÚBLICAS	341
	Rosmeri Kunkel Vinicius de Melo Lima	
18	REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA VÍTIMA NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL	363
	Cristina Schmitt Rosa	
19	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, NÚMEROS ALARMANTES NO RIO GRANDE DO SUL. Necessária proteção dos direitos fundamentais.....	383
	Fábio Roque Sbardellotto	

ENSAIOS JURÍDICOS

20	MAXIPROCESSOS CRIMINAIS E O INCIDENTE DE ALTA COMPLEXIDADE: uma solução do direito português	403
	Mauro Fonseca Andrade	

NORMAS TÉCNICAS PARA PUBLICAÇÕES NA REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

A Revista do Ministério Público é uma publicação semestral, como início no fim do ano de 1941. É editada pela Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, mas a publicação é dirigida tanto aos seus membros, como para comunidade jurídica, como professores, pesquisadores e demais profissionais envolvidos em estudos produzidos na área do Direito ou afim.

Não serão aceitos artigos que violem os princípios e valores constitucionais do Ministério Público, enquanto “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.”

A Revista adota as seguintes normas editoriais

1. Serão aceitos apenas trabalhos inéditos. Salvo se publicados internacionalmente. Ou em outra unidade da federação, mas desde que elaborado por autor com título de doutorado.
2. Os artigos passarão pela apreciação dos Editores na modalidade “às cegas”.
3. Os Editores encaminharão os artigos para apreciação do Conselho Editorial, e também, se necessário, para o Conselho de Professores Convidados, para análise, na qual será recomendada ou rejeitada a publicação.
4. Os pareceres comportarão três possibilidades:
 - a) aceitação integral;
 - b) aceitação com reformulações;
 - c) recusa integral. Os originais, mesmo quando não aproveitados, não serão devolvidos.
5. Os autores serão informados sobre eventuais modificações a serem realizadas.

6. Os Editores e o Conselho Editorial reservam-se o direito de fazer pequenas alterações no texto dos artigos. Modificações substanciais serão solicitadas aos autores com prazo definido.
7. Os artigos serão aceitos em outra língua, além da portuguesa. Mas deverão também conter título, resumo, palavras-chave e sumário em português.
8. As opiniões emitidas nos artigos são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não constituindo sua aceitação motivo para se entender que os responsáveis pela Revista do Ministério Público compartilham das suas opiniões ou juízos.
9. Os direitos autorais obtidos pela publicação do artigo não serão repassados para o autor. Trata-se de publicação gratuita, científica e sem fins lucrativos.
10. A titulação mínima do autor para a publicação é a de Especialista em Direito, Mestrando ou equivalente.

Forma de apresentação dos manuscritos

Os artigos deverão ser encaminhados por e-mail (em PDF e WORD), digitados em espaço de 1,5 nos parágrafos, fonte *Times New Roman*, tamanho 12, com o número de páginas apropriado à categoria em que o trabalho se insere, em folha A4, com formatação de margens superior e esquerda de 3 cm, inferior e direita de 2 cm, em páginas numeradas iniciando em 01, além da observância das demais normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Ainda, as **referências** deverão atender ao seguinte padrão:

- a) Todas obras citadas devem constar no final, sem utilização de “ _____ ” para substituição de nome de autor que se repita.
- b) Citação pelo sistema de nota de rodapé com informação completa. Ou pelo método Autor e data.

A apresentação dos trabalhos deverá seguir as seguintes orientações:

Elementos obrigatórios (nesta ordem)

1. Título;
2. Nome do(s) autor(es), com nota de rodapé contendo: formação acadêmica, profissão e e-mail;
3. Resumo (mínimo 100 e máximo 300 palavras);
4. Cinco (5) Palavras-chave;

5. Sumário;
6. Os itens 1, 3, 4 e 5 em português e língua estrangeira (preferencialmente inglês: *title, abstract, keywords e summary*);
7. Introdução;
8. Desenvolvimento;
9. Considerações Finais;
10. Referências.

Categorias

1. **ENSAIOS JURÍDICOS** – Textos entre 6 a 12 páginas. Ou de associado da AMPRS sem titulação. Ou peças processuais que deverão conter os elementos supra de 1 a 4.
2. **ARTIGOS DE DOCTRINA** – Textos entre 13 e 30 páginas;
3. **ARTIGOS DE DOCTRINA INTERNACIONAL** – Textos entre 13 e 30 páginas de pesquisa jurídica, por autor estrangeiro ou sob norma estrangeira.

Demais formatações, seguir o disposto na ABNT.

Padrão Editorial

Todo manuscrito encaminhado à Revista deverá estar de acordo com as normas éticas de pesquisa, vigentes na área do respectivo trabalho, e deverá estar acompanhado de uma carta assinada pelo autor principal, onde esteja explícita a intenção de submissão do trabalho à publicação, contendo autorização para reformulação da linguagem, quando necessário, dispensando os direitos autorais e declarando se tratar de texto inédito, salvo a exceção admitida. Em caso de autoria múltipla, a versão final deverá ter a assinatura de todos os autores.

Classificação: Qualis A4.

Títuloção Mínima: Especialista, Mestrando ou equivalente.

Periodicidade: Semestral (janeiro a junho e julho a dezembro).

Prazo: Revista Ímpar, até 31 de março. Revista Par, até 31 de agosto.

Endereço para envio: revistadaamprs@gmail.com

Site da Revista: <https://www.revistadomprs.org.br/index.php/amprs>

Porto Alegre.

Direção da Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMPRS.

APRESENTAÇÃO

Apresentamos a Revista do Ministério Público nº 95 (2024/1).

Trata-se de uma Edição Especial de Ciências Criminais, em homenagem aos 40 Anos da Nova Parte Geral do Código Penal.

Dentro deste propósito, também estará sendo publicado o Livro: “Direito Penal Contemporâneo”, obra coletiva organizada por esta Revista e pela Associação do MPRS, que será lançado pela internacional Editora Tirant lo Blanch.

No presente volume temos ao todo vinte artigos, com destaque para as áreas de Vitimologia e Violência Doméstica, além de temas penais tradicionais e um ensaio jurídico.

A publicação em pauta conta com escritos da lavra de Professores, Especialistas Mestres, Doutores e Pesquisadores em geral, dos mais variados ramos do Direito e das Carreiras Jurídicas, com vasta experiência no seu campo de atuação.

Também apresentamos os novos Catedráticos integrantes do Conselho de Professores Convidados da Revista, no total de 41 membros. Assinalamos que foram eleitos para tal mister apenas os mais destacados mestres nas suas áreas de conhecimento e atuação, com título de Doutorado e vínculo com Instituição Universitária de renome, na América do Sul e na Península Ibérica.

Aproveitamos o ensejo para render homenagem aos 40 anos do Projeto Universitário: “SEMANA DO MINISTÉRIO PÚBLICO”, iniciado em Santa Cruz do Sul, na UCS, e liderado pelos então valorosos Promotores de Justiça: Cláudio Barros Silva,* Agenor Casaril e Tibiriçá Brum Pires.

* Ex-Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, ex-Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, ex-Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, ex-Presidente da Associação do Ministério Público do RS, ex-Vice-Presidente da Associação

Nosso agradecimento a todos os que colaboraram com a presente edição, e o desejo de uma profícua leitura.

Michael Schneider Flach
Diretor da Revista do Ministério Público do RS
Doutor em Ciências Criminais
Pós-doutorando pela Universidade de Coimbra

Nacional do Ministério Público – CONAMP, ex-Diretor da Revista do Ministério Público, ex-Vice-Presidente da AMPRS, ex-Vice-Diretor da Fundação Escola Superior do MPRS, Ex-Professor e Coordenador da Área de Direito Processual Civil da FMPRS, membro da Associação Internacional de Promotores e Procuradores de Justiça, Especialista em Direito Processual, autor e coordenador de Livros e de artigos jurídicos.